



## GT 058. Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento

Claudia Mura (UFAL) - Coordenador/a, Edviges Marta Ioris (Universidade Federal de Santa Catarina) - Coordenador/a, Estêvão Martins Palitot (Departamento de Ciências Sociais UFPB) - Debatedor/a, Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) - Debatedor/a, José Mauricio Paiva Andion Arruti (UNICAMP) - Debatedor/a

Com objetivo de dar continuidade ao debate iniciado na última RBA, este GT pretende reunir pesquisas etnográficas que focam os processos identitários étnicos e territoriais, com especial atenção às dinâmicas da organização social do conhecimento que os acompanham. Procura-se alimentar o espaço de diálogo e análise sobre o gerenciamento, distribuição e hierarquização do conhecimento em diferentes contextos experienciais (históricos e políticos) que definem específicas relações de poder e de modos de significação e elaboração étnica. Nesses termos, a proposta tem como base uma abordagem gerativa e comparativa, fundamentada nos desdobramentos analíticos de Barth para uma sociologia do conhecimento que visa esclarecer as formas como a diferenciação, a alteridade, a gerada e reproduzida através de constantes fluxos culturais. Serão valiosas as contribuições provenientes de investimentos empíricos que abordam os processos de mudança (sociais, políticos e econômicas), as elaborações de cosmologias e manifestações simbólicas, bem como os quadros morais que orientam as experiências individuais e coletivas no estabelecimento e gerenciamento das relações intra e interétnicas. Também bemvindas são as contribuições que abordam as unidades sociopolíticas em diferentes escalas, como famílias e/ou linhagens, e que analisam a forma como as alianças se efetivam no tempo e espaço -extravasando ou não o nível étnico-, assim como as variações na elaboração e sistematização dos fluxos culturais.

### Entre Herdeiros e Quilombolas: relatos sobre "fronteiras étnicas" e mediações do Estado

**Autoria:** Juliana Calabria, Éber Santos Silva

Este work pretende refletir sobre o processo de etnogênese quilombola no decorrer dos procedimentos de regularização fundiária executado pelo Estado por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A construção da identidade quilombola envolve a negociação das identidades locais e os entendimentos do campo jurídico e burocrático-estatal. A atuação do Estado, no sentido de regular um fenômeno que é fluído e dinâmico, demanda a fixação dessa identidade e dos contornos do grupo, em várias fases do processo, por meio da elaboração de estudos, cadastros e demais documentos que buscam caracterizar e delimitar a comunidade e seu território. Além de estabelecer novas formas de organização social e política aos grupos com a sujeição da titulação da terra à criação de uma associação. Porém, nota-se que o avanço da discussão sobre o usufruto do território bem como o acirramento de conflitos internos levam os membros das comunidades quilombolas a recorrerem ao Estado para que este defina os critérios de pertencimento e intervenha nas negociações internas sobre esta questão. É o que se observa na experiência da comunidade quilombola Invernagem\*, no estado do Paraná. Durante os estudos de identificação de seu território, a solicitação do INCRA para que a comunidade fornecesse uma lista de seus membros para seu cadastramento suscitou discussões sobre quem seriam os "verdadeiros membros do grupo", gerando temor acerca de possível exclusão de integrantes. À época, notou-se na comunidade uma transitividade das categorias de pertencimento como os "de dentro" e os "de fora" e uma tendência de categorização mais abrangente e inclusiva de integrantes. No entanto, com o avanço do processo de regularização, retomou-se



intenso debate na comunidade sobre a definição de quem têm (ou não) o direito ao usufruto da terra (insuficiente considerando extenso número de famílias), gerando tentativas de estabelecer "prioridades" e "organização" deste novo momento no território. A comunidade cria uma lista de espera e estabelece a avaliação num "Conselho de anciões" para homologar o pertencimento dos indivíduos. Mas alguns autodenominados "herdeiros" passam a recorrer à intervenção do INCRA, visto que não estariam sendo contemplados no seu direito de herança em função dos critérios adotados pelas lideranças. Esses "herdeiros" estavam afastados, mas retornam com objetivo de obter um quinhão. Eles se conectam genealogicamente aos ancestrais da comunidade, sendo que alguns não compartilham da identidade quilombola nem se conformam com os moldes da regularização coletiva do território. \*Não identificaremos a comunidade em questão tendo em vista que o procedimento administrativo ainda está em discussão no INCRA



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

